

2021

BALANÇO DE ATIVIDADES



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Balanço de Atividades

2021



Neste documento são apresentados os principais resultados alcançados pela Receita Federal (RFB) em **2021**, objetivando o monitoramento e a publicização das relevantes ações desenvolvidas com o esforço de todo o nosso corpo funcional.

Nesse sentido, você encontrará neste balanço dados e informações referentes ao período de janeiro a dezembro de 2021, com eventuais comparativos e séries históricas que permitem a avaliação e a implementação de medidas corretivas para o alcance eficiente dos objetivos previstos no plano estratégico da RFB estabelecido para o ciclo de 2021 a 2023.

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
Julio Cesar Vieira Gomes

Coordenação e Projeto Gráfico
Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional

Contato:
Assessoria de Comunicação Institucional
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Esplanada dos Ministérios – Bloco P
Edifício Sede do Ministério da Economia, sala 714
CEP:70048-900 | Brasília-DF
(61) 3412.2799

SUMÁRIO

Parte I: Visão Geral

Organizacional

5

Nossa Instituição 5

Estrutura Organizacional 6

Mapa Estratégico 7

RFB em números 8

Arrecadação 9

Parte II: RFB orientada ao

cidadão

10

Parte III: Resultados e Principais Ações e Projetos

13

<i>Destaques</i>	13
<i>Cobrança</i>	14
<i>Direito Creditório</i>	15
<i>Fiscalização</i>	16
<i>Atendimento</i>	19
<i>Cadastro</i>	20
<i>Assuntos Legislativos</i>	21
<i>Tributação e Contencioso</i>	23
<i>Pesquisa e Investigação</i>	29
<i>Aduana</i>	31
<i>Repressão / Contrabando e Descaminho</i>	34
<i>Logística</i>	38
<i>Tecnologia</i>	40
<i>Gestão de Pessoas</i>	41
<i>Auditória Interna</i>	42
<i>Corregedoria</i>	44
<i>Ouvidoria</i>	46
<i>Cooperação e Integração Fiscal</i>	47
<i>Relações Internacionais</i>	48
<i>Comunicação</i>	50
<i>Planejamento</i>	51

PARTE I

Visão Geral Organizacional

Nós administramos o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.

Somos um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Economia, e exercemos funções essenciais para que o Estado possa concretizar os direitos previstos em nossa Constituição Federal e implementar as políticas públicas que permitam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Somos responsáveis pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País.

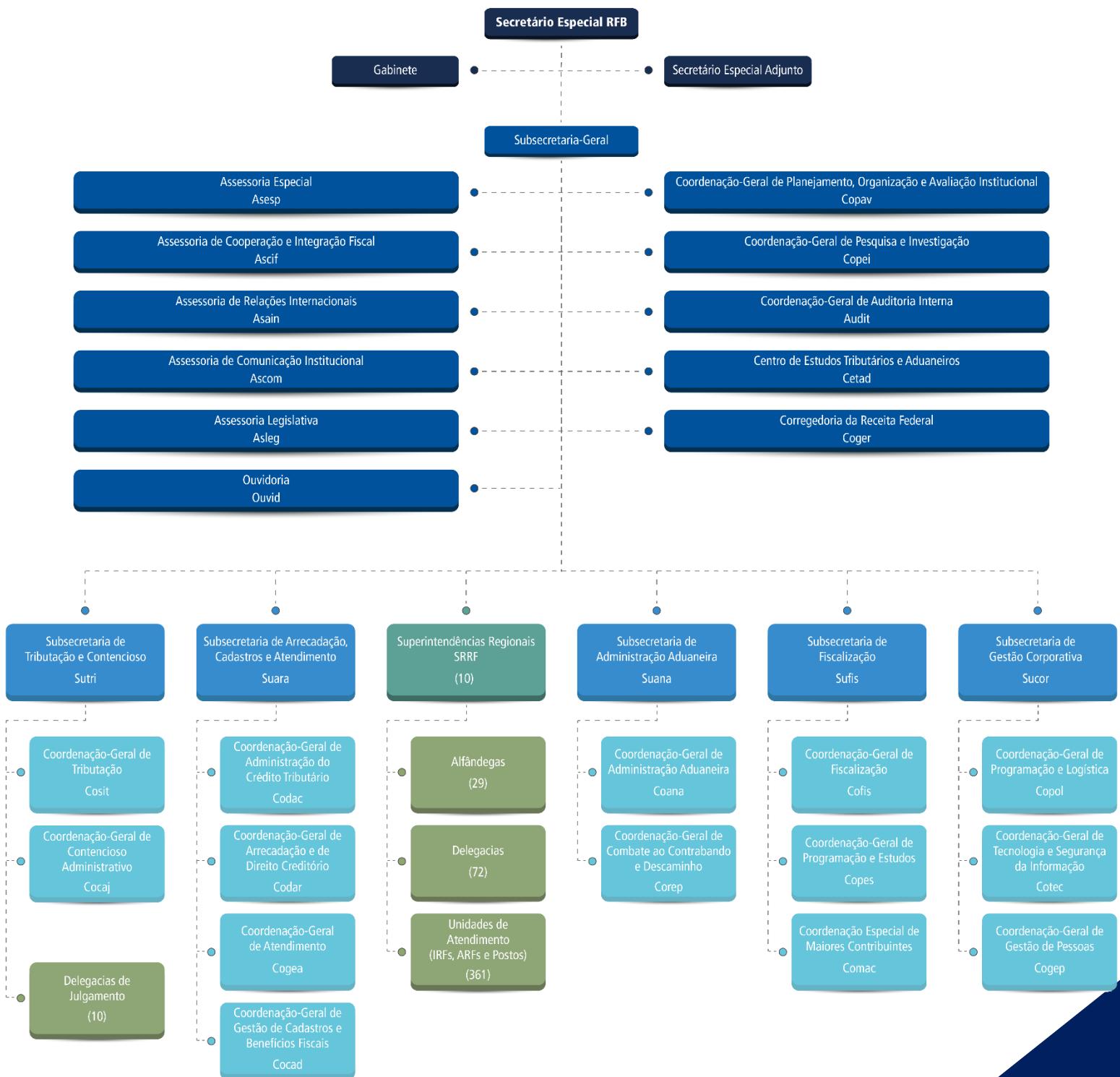
Subsidiámos o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, prevenimos e combatemos a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a contrafação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, o tráfico internacional de armas de fogo e munições, a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e outros ilícitos aduaneiros.

NOSSA INSTITUIÇÃO

A Receita Federal do Brasil está presente em todo o território nacional, com atuação nas Unidades Centrais e nas 10 Regiões Fiscais, por meio de suas Superintendências, Delegacias, Alfândegas, Inspetorias, Agências e Postos de Atendimento.



NOSSA ESTRUTURA



NOSSO MAPA ESTRATÉGICO



MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



O nosso mapa estratégico apresenta, de maneira gráfica, os valores, os princípios de gestão, a missão, a visão de futuro e os objetivos que direcionam a performance de nossa Instituição, servindo como elemento de comunicação a todos os níveis institucionais, apresentando a estratégia de atuação escolhida de forma participativa. Nosso Mapa Estratégico está estruturado em três perspectivas, todas elas logicamente encadeadas, contendo um conjunto de objetivos que representam os principais desafios que enfrentaremos para cumprir nossa missão e alcançar nossa visão de futuro.

RFB em Números

22.221



Número de
colaboradores

105,8 MILHÕES



Declarações
eletrônicas
(sem DI e DE)

81.105



Processos
julgados em
1ª instância

4,5 MILHÕES



Declarações de
importação e
exportação

R\$ 1,79
TRILHÃO



Arrecadação
Federal

428.734



Auditórias
externas e revisão
de declarações



399 MILHÕES

Atendimentos
realizados



45,5 TONELADAS

Drogas
apreendidas



4,5 BILHÕES

Mercadorias
ilegais
apreendidas

ARRECADAÇÃO



**R\$ 1,79 trilhão
em 2021**

(não incluídas as receitas não administradas
pela RFB)

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2021, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1,79 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 16,1%. O resultado representa o melhor desempenho arrecadatório, para o período acumulado, desde o início da série histórica, em 1995.

Dos 12 meses de 2021, a arrecadação foi recorde em 8 meses, tendo sido, em outras três ocasiões, a segunda maior da série histórica.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB

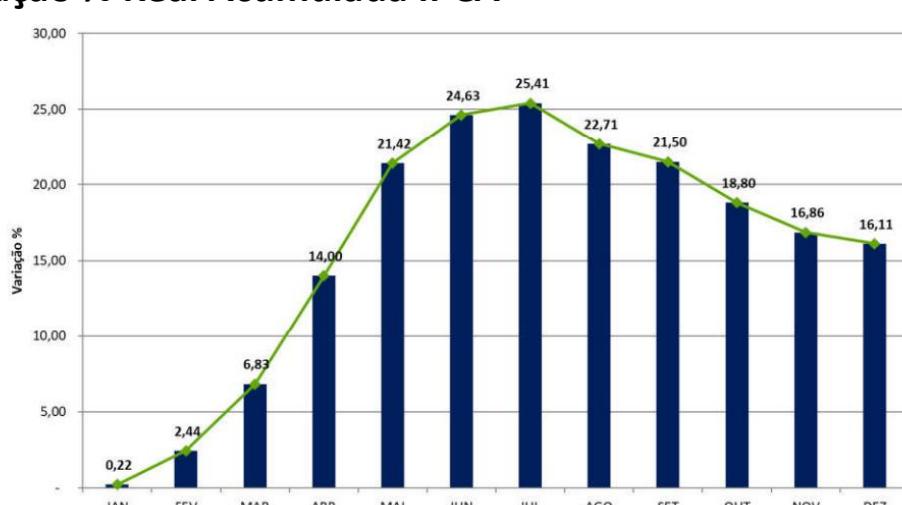
PERÍODO: 2021/2020

(Valores em R\$ Bilhões)

MÊS	ARRECADAÇÃO (PREÇOS CORRENTES)		VARIAÇÃO (%)			
	JAN-DEZ/21 [A]	JAN-DEZ/20 [B]	NOMINAL [A]/[B]		REAL (IPCA) [A]/[B]	
			MÊS	ACUM.	MÊS	ACUM.
JAN	171.798	163.948	4,79	4,79	0,22	0,22
FEV	124.693	112.141	11,19	7,39	5,70	2,44
MAR	134.617	107.390	25,35	12,42	18,15	6,83
ABR	142.892	93.332	53,10	20,38	43,41	14,00
MAI	137.927	76.139	81,15	28,75	67,65	21,42
JUN	133.008	84.267	57,84	32,60	45,68	24,63
JUL	156.528	110.540	41,60	33,93	29,92	25,41
AGO	141.896	121.993	16,32	31,46	6,05	22,71
SET	145.078	117.022	23,97	30,57	12,45	21,50
OUT	162.048	146.081	10,93	28,04	0,23	18,80
NOV	152.546	137.180	11,20	26,22	0,42	16,86
DEZ	188.996	156.369	20,87	25,63	9,82	16,11
TOTAL	1.792.027	1.426.402	-	25,63	-	16,11

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - PERÍODO: 2021/2020

Variação % Real Acumulada IPCA



PARTE II

RFB orientada ao cidadão

Receita Federal oferece vários serviços em um único aplicativo

Novo app disponibiliza informações de forma centralizada e simplificada ao cidadão



Receita Federal combate sonegação e lavagem de dinheiro em empresa de medicamentos

Foram realizadas ações nos estados de São Paulo e Minas Gerais

Receita Federal

Receita Federal destina mais de 14 toneladas de roupas para a Campanha do Agasalho

Roupas terão um destino social, atendendo a população mais vulnerável

Receita Federal

Receita Federal doa mais de 15 mil máscaras para Secretarias de Saúde de municípios de MG

Máscaras serão destinadas a profissionais que atuam na área da saúde, auxiliando na prevenção à Covid-19

Receita Federal

Receita Federal realiza o webinar “Retomada NAF: Compartilhando Experiências”

O evento será transmitido pela RedeNaf no YouTube

21/10 (quinta-feira) das 15h00 às 16h30

Receita Federal

Lançada nova versão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR)

Os serviços do CNIR já podem ser acessados por meio da conta [gov.br](#)

Receita Federal

Receita Federal doa material escolar para 64 escolas municipais

Entre os itens, foram doadas mais de 23 mil mochilas

Receita Federal

PROJETO DA RECEITA FEDERAL TRANSFORMA TABACO EM FERTILIZANTE



Receita Federal

e-CAC já pode ser acessado utilizando os dados de sua conta bancária

O acesso ao e-CAC foi ampliado com a inclusão da opção "Bancos Credenciados" na conta gov.br



Receita Federal

Receita Federal lança o b-Cadastros, nova plataforma de cadastro compartilhado

Plataforma permite o compartilhamento de dados com órgãos públicos e entidades conveniadas



Receita Federal

Receita Federal destina bebidas alcoólicas para produção de álcool 70°

Foram doadas, para Universidade Federal de Santa Catarina, 3.679 unidades de bebidas alcoólicas diversas com valor estimado em R\$ 185 mil



Receita Federal

Receita Federal ultrapassa marca de 100 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 desembaraçadas

Órgão tem trabalhado ativamente para agilizar a importação de vacinas e outros insumos farmacêuticos



Receita Federal

Receita libera vacina em tempo recorde e vira case global da Pfizer

Em uma iniciativa inédita, Receita Federal conseguiu reduzir processos burocráticos para acelerar o desembarque de cargas de insumos contra a covid-19

Por Gilson Garrett Jr

Publicado em: 31/07/2021 às 08h30
Alterado em: 01/08/2021 às 11h37

Tempo de leitura: 6 min



PARTE III

Resultados, Ações e Projetos

Destaques

FISCALIZAÇÃO EM NÚMEROS

► TRIBUTOS CONSTITUÍDOS DE OFÍCIO (Auditorias – Autos de Infração e Revisões de Declarações)



MONITORAMENTO DOS MAiores CONTRIBUINTES EM NÚMEROS

► TRIBUTOS RECUPERADOS - Autorregularização

2019	R\$ 13,1 Bi
2020	R\$ 9,1 Bi
2021	R\$ 19,3 Bi

► RESULTADO GLOBAL DA ATIVIDADE

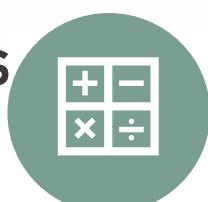
2019	R\$ 29,7 Bi
2020	R\$ 25,7 Bi
2021	R\$ 42,9 Bi

COBRANÇA

(Resultados até o 3º Trimestre)



Quantidade de Cobranças
62.034.078



Valor total cobrado
R\$ 203,57 bilhões



Resultado do valor total cobrado
R\$ 81,97 bilhões (40,27%)

DITR

Foram entregues aproximadamente 6 milhões de declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR 2021), cujo prazo encerrou-se no dia 30/09.

MEI

Nos meses de agosto e setembro realizou-se cobrança excepcional focada nos Microempreendedores Individuais (MEI).

Aproximadamente 4 milhões de MEI possuíam débitos com a RFB. Destes, 494.883 se regularizaram.

A campanha de conformidade resultou na regularização de R\$ 1,1 bilhão através de pagamentos à vista ou parcelamentos.

Resultado de Transação no Contencioso Tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica

O acordo de transação tributária com a RFB, que acaba com processos em discussão administrativa (contencioso) controversos de grande repercussão, foi aderido por 35 contribuintes até o encerramento do prazo em agosto. No total, R\$ 268.842.514,21 foram regularizados. A soma dos pagamentos da primeira parcela do acordo representou, até o final de agosto, o ingresso imediato de R\$ 12.829.211,01.

O acordo era válido para contribuintes que possuíam processos em julgamento sobre a incidência de contribuições previdenciárias destinadas a outras entidades ou fundos incidentes sobre a participação nos lucros e resultados (PLR).

DIREITO CREDITÓRIO



Glosa de Compensações
R\$ 22,4 bilhões



Restituições Pagas
R\$ 35,6 bilhões
(sendo 25,5 bilhões de IRPF)

Total de Débitos Compensados
R\$ 206,06 bilhões

FISCALIZAÇÃO

 **CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA – Ações de Autorregularização 2021.** Além dos procedimentos de auditoria tradicionais, relativos aos contribuintes que agem de forma intencional para sonegar, a Fiscalização atua também com foco na indução da autorregularização, junto aos contribuintes (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) que apresentem indícios de erros no cumprimento das obrigações tributárias, por meio de ações de conformidade tributária.

Em 2021, essas ações somaram um total de autorregularização de crédito tributário da ordem de R\$717 milhões em relação às pessoas físicas, no âmbito do Projeto Cartas, que emitiu comunicado a 587.658 contribuintes, apontando divergências na Declaração de Ajuste anual do Imposto Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – ano calendário de 2020 e orientando sobre as retificações. Em relação às pessoas jurídicas, a autorregularização totalizou R\$2,77 bilhões de crédito tributário pago ou declarado, somando-se os resultados de diversas ações de malha, que abrangeram mais de 200 mil contribuintes.

Adicionalmente, destaca-se o resultado da ação “ECF Zerada”, que gerou diretamente um incremento de R\$42,8 bilhões em receitas declaradas, considerando as retificações efetuadas pelos contribuintes na Escrituração Contábil Fiscal. Também foram apurados incrementos de R\$620 milhões de débitos tributários confessados e R\$34 milhões em tributos pagos, referentes ao período de apuração e aos contribuintes abrangidos pela ação.

 **SISTEMA MONITORA.** O Sistema Nacional de Monitoramento – MONITORA tem por objetivo a unificação de esforço de desenvolvimento e manutenção das ferramentas utilizadas na atividade de monitoramento dos grandes contribuintes e a ampliação da eficiência das equipes a partir de uma ferramenta que permita a rápida identificação das distorções tributárias mais relevantes, o gerenciamento de riscos de conformidade, bem como o conhecimento integral do comportamento dos contribuintes e dos setores econômicos. Entraram em produção, em 2021, os módulos de Cadastro, Visão Integral do Setor Econômico - VISE, disponibilizando para pesquisa todos os estudos de setores econômicos realizados, e o módulo Métricas Individuais, que permite o registro e a gestão da produtividade de todos os Auditores-Fiscais que atuam na atividade. Em 2022, além da implantação do módulo Gerenciamento de Riscos de Conformidade (GRC) dos maiores contribuintes, serão desenvolvidos os módulos gerenciais de Alertas de Inconformidade e Ações de Alta Relevância, para gerenciamento e execução de ações de conformidade nacionais, o módulo “Riscos da VISE” e o módulo “Minha Carteira”, que conterá as ferramentas de trabalho dos Auditores-Fiscais responsáveis pelo monitoramento das carteiras de contribuintes com indicação de trabalho com os resultados dos testes de consistências das informações fiscais e análises exploratórias, ampliando a efetividade das ações de conformidade no monitoramento.

Atuação da Receita Federal na CPI da Pandemia.

A Receita Federal, em atendimento às demandas requisitórias do Senado Federal, no âmbito da CPI da Pandemia, produziu 100 Notas de transferência de dados fiscais e 87 relatórios de situação tributária, referentes a 96 contribuintes, pessoas físicas e pessoas jurídicas.

 **PROJETO CONFIA.** O CONFIA pretende estabelecer um modelo de programa de Conformidade Cooperativa que possa ser adotado pela RFB, caracterizado por uma mudança do paradigma de relacionamento entre o fisco e o contribuinte. O projeto teve início em dezembro de 2020, com sua construção inspirada nas diretrizes OCDE e melhores experiências internacionais, convidando desde seu início os grandes grupos econômicos e suas associações para construção do modelo Confia, fator fundamental para gerar uma relação de confiança.

O último trimestre de 2021 marcou a instituição do Fórum de Diálogo pela RFB em outubro de 2021, com a assinatura de protocolos de cooperação com as 40 empresas participantes e a constituição da Assembleia de Representantes com a participação de todas as Subsecretarias da RFB e de empresas dos setores da indústria, infraestrutura, comércio, serviços e financeiro. No mês de dezembro, foram constituídas as 3 câmaras temáticas estruturantes do modelo, responsáveis pela construção de um Código de Boas Práticas Tributárias - CBPT; do modelo do programa Confia (seu processo desde adesão até eventual saída do programa); e o Marco de Controle Fiscal – MCF. Também foi concluída pela equipe Confia o material didático de seu EAD, que tem previsão de conclusão pelo ENAP em abril de 2022 e será instrumento inicial de capacitação dos futuros integrantes das equipes especializadas Confia.

Com a instituição do Fórum de Diálogo, conclui-se a primeira etapa do projeto de alinhamento dos objetivos e interesses, além de gerar ambiente de confiança entre a RFB e empresas participantes. Iniciou-se o desenho do modelo conceitual do Confia em suas câmaras temáticas, com a previsão de sua aprovação em 2022. Após sua aprovação, dá-se início ao piloto do programa com grupo de empresas interessadas, quando haverá a validação do modelo e seu aperfeiçoamento, permitindo sua implementação e expansão às demais empresas que atendam aos requisitos do Programa.



 **PROJETO RedeMAC.** A página da RedeMAC no Sharepoint tem como dois objetivos principais apresentar a atividade de Monitoramento aos servidores da instituição – área aberta – e servir como ponto de convergência de todo o conteúdo da RedeMAC, de interesse das equipes de Monitoramento, sejam notícias, capacitação, projetos e outros materiais – área restrita. A RedeMAC é uma rede de relacionamento profissional para troca de experiências, melhores práticas, disseminação de conhecimento e apoio mútuo para os servidores da área de Monitoramento de Maiores Contribuintes. A área aberta já está disponível desde o terceiro trimestre de 2021.

No quarto trimestre, entrou em produção a área restrita, com módulos de informações sobre os Alertas de Inconformidade, sobre o plano anual de trabalho – Plano MACO, sobre as jurisprudências pertinentes ao nosso processo de trabalho e, por fim, as capacitações e materiais complementares. Estão também em produção outros módulos com conteúdo sobre sistemas, reuniões de conformidade, além de outras melhorias, como espaços dedicados exclusivamente aos chefes e aos novos membros do monitoramento.

 **ALERTAS DE CONFORMIDADE.** No último trimestre de 2021 foi concluído o alerta nacional omissos 2021, contemplando 646 contribuintes que foram comunicados sobre 3952 omissões de declarações e escriturações fiscais com resultado de R\$ 1,039 bilhão em crédito tributário constituído e R\$ 290 milhões em crédito tributário pago ou compensado. Os alertas foram enviados por meio de comunicações eletrônicas contendo intervenções comportamentais (nudges) utilizando especificamente o canal e-Mac no Portal e-CAC dos grandes contribuintes que deixaram de entregar suas obrigações fiscais no período de 2018 a 2020.

O prazo para a fase de regularização terminou em 12/2021 e em 2022 será realizada uma oportunidade final de autorregularização e aqueles contribuintes que permanecerem inertes ficarão sujeitos às medidas coercitivas, como a inaptidão do CNPJ e a aplicação da penalidade pela não entrega de declarações, podendo impactar de forma significativa a atividade da empresa. Além disso, a estrutura de comunicação do alerta nacional foi utilizada em parceria as equipes da Malha PJ, para a comunicação das inconsistências em outras 3 ações massivas de conformidade com os grandes contribuintes, auxiliando no resultado de R\$ 290 milhões em créditos tributários constituídos.

PROJETO CARTÓRIOS. O Projeto Cartórios é um projeto voltado aos delegatários de serviços extrajudiciais em que se almeja ter a Visão Integral do Segmento Econômico – VISE com o objetivo precípuo de promover a conformidade tributária, sendo a primeira oportunidade em que a Receita Federal trabalha com esse escopo [VISE] junto a contribuintes pessoas físicas.

Dentre as fases de desenvolvimento do projeto, a Coleta de Dados é a mais importante, considerando que até então a Receita Federal não dispunha de nenhuma base de cotejamento para verificar se as informações apresentadas pelos delegatários em suas Declarações de Imposto de Renda eram fidedignas.

A Corregedoria Nacional de Justiça compartilhou sua base de dados [Portal Justiça Aberta] com a Receita Federal, sendo iminente a finalização do compartilhamento das bases de dados dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, dados dos últimos cinco anos.

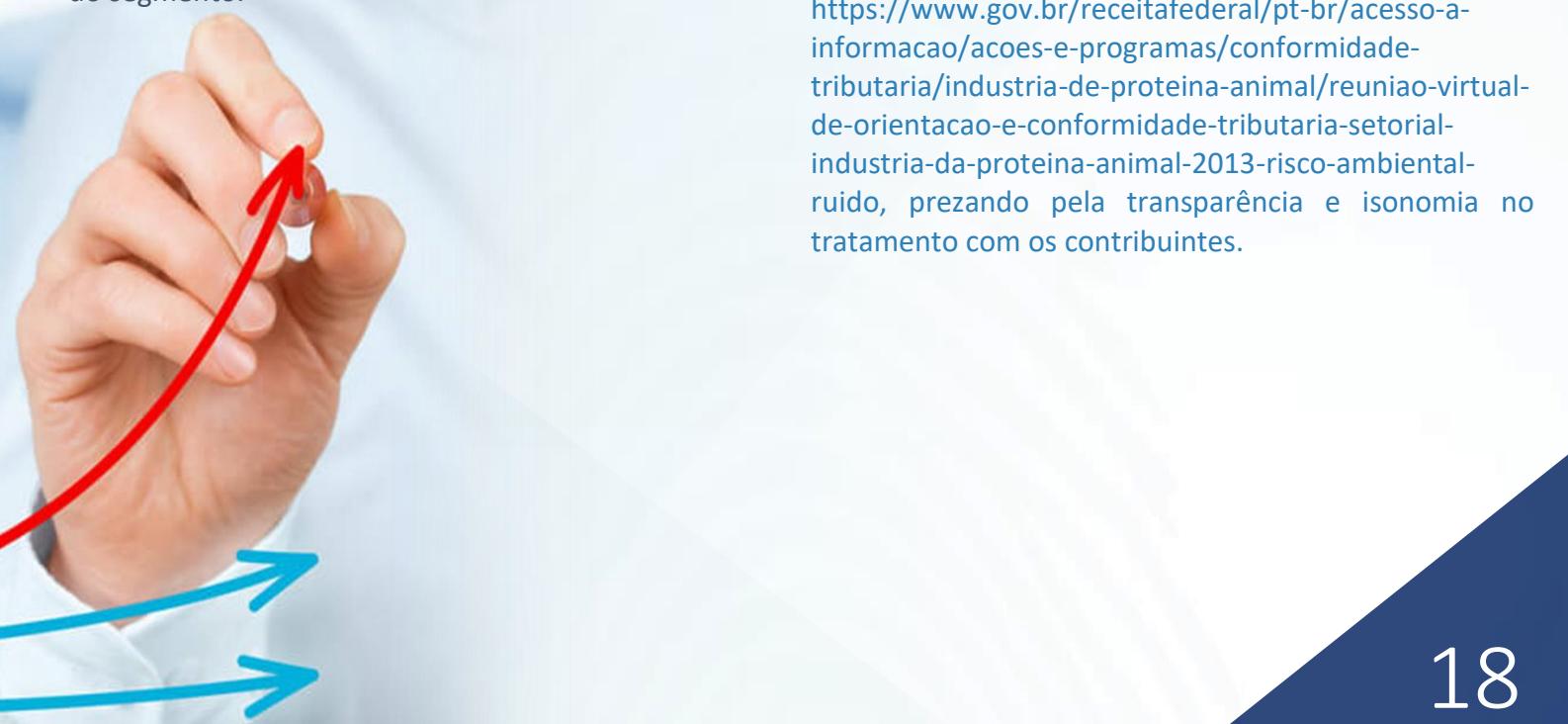
Foi desenvolvido o sistema Coleta Cartórios para recepcionar as informações em tela, permitindo a Receita Federal enxergar quanto cada delegatário recebeu a título de rendimento, segmento que percebeu em média R\$ 18 bilhões de reais de renda nos últimos anos. Para divulgação do projeto desenvolveu-se um link na página da Receita Federal, foco na orientação.

Em atividade de rotina do Monitoramento, percebeu-se aumento significativo da arrecadação voluntária do segmento (46% em relação ao melhor ano de arrecadação) no ano de 2021, o que nos leva a inferir em análise sumária, que o desenvolvimento do projeto ampliou a percepção de risco por parte do segmento.

REUNIÕES DE CONFORMIDADE COLETIVA. No ano de 2021 foram realizados 13 estudos de Visão Integral do Setor Econômico – VISE que permitiram compreender e identificar os principais riscos fiscais dos setores econômicos estudados. As VISE trazem maior compreensão dos setores econômicos estudados e servem como indutoras de novas estratégias de ações indutoras da conformidade, permitindo uma atuação sistemática em todo o setor econômico. Nesse contexto, no ano de 2021 foram realizadas 3 grandes Reuniões de Conformidade Tributária Coletiva (RCT-C) que trataram riscos fiscais dos setores automotivo, cosméticos e da indústria de proteína animal. Por meio das RCT-C a RFB transmite aos contribuintes as orientações necessárias para o correto cumprimento das obrigações tributárias e, ao atuar de forma sistemática e integrada nos contribuintes que não aderiram a conformidade, amplia a percepção de risco de todo o setor econômico.

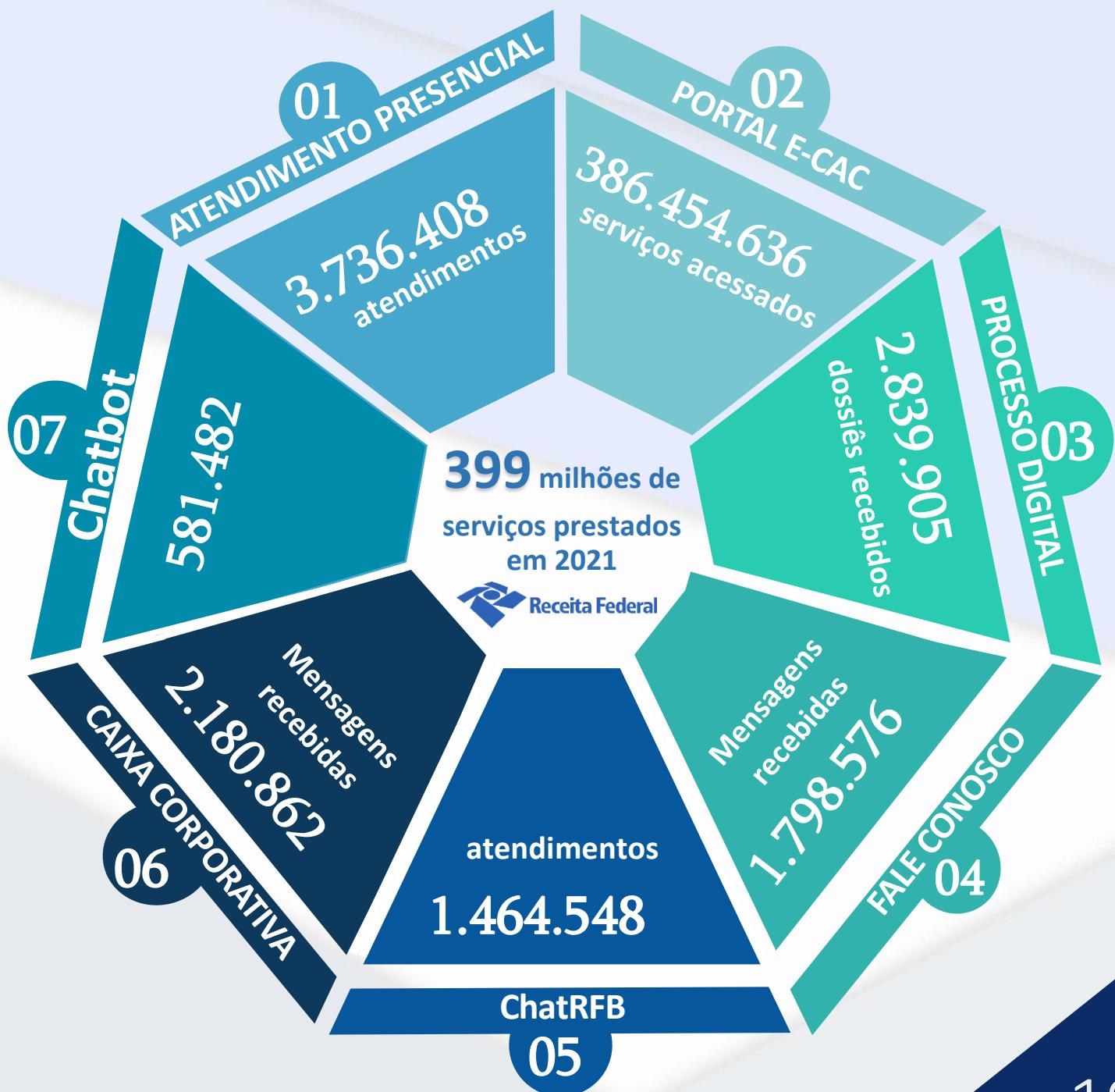
No quarto trimestre foi realizada a RCT-C com o setor da indústria da proteína animal (Frigoríficos e Cooperativas) sobre o tema Risco Ambiental – Ruído. A reunião planejada e executada pela 9ª Região Fiscal foi realizada de forma virtual no dia 04/11/2021, das 15h às 17h e teve o objetivo de orientar os contribuintes do setor para o correto cumprimento de obrigações tributárias em relação ao recolhimento do adicional da contribuição previdenciária para Financiamento das Aposentadorias Especiais (FAE) devido sobre a remuneração dos trabalhadores expostos ao agente ambiental ruído.

O acesso à reunião foi franqueado de forma pública a todos os interessados no tema e os contribuintes de interesse do Monitoramento e da Fiscalização foram convidados por e-Mac. A reunião foi gravada e o vídeo disponibilizado na internet no endereço: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/conformidade-tributaria/industria-de-proteina-animal/reuniao-virtual-de-orientacao-e-conformidade-tributaria-setorial-industria-da-proteina-animal-2013-risco-ambiental-ruido>, prezando pela transparência e isonomia no tratamento com os contribuintes.



ATENDIMENTO

- 1 APP Receita Federal**
O novo aplicativo traz serviços de CPF, declaração do Imposto de Renda, acompanhamento de processo, eSocial, atividades econômicas, bem como realização de agendamento de atendimento e visualização das unidades da RFB.
- 2 Pontos de Atendimento Virtual**
Avanço na ampliação
Novas parcerias foram realizadas, o que aumenta a capilaridade e proporciona o atendimento célere e seguro ao cidadão.
- 3 Serviços Digitais**
Aumento da Demanda
Com a expansão dos canais já existentes e a criação de novas interações com o cidadão, o atendimento virtual representa 99% de participação de todo o atendimento prestado pelo órgão.



CADASTRO

A Receita Federal do Brasil executou operações de integridade e apurações de fraudes no CNPJ e no CPF, qualificando a identificação do contribuinte e, consequentemente, aprimorando as ações da administração tributária e a eficiência de políticas públicas que se utilizam desses dados cadastrais.



*CPFs
Cancelados: 22.456.525*

Cadastro Nacional de
Obras ativos **574.328**

Cadastro Imobiliário
Brasileiro ativos **8.299.752**

Cadastro Nacional de
Imóveis Rurais ativos **6.936.261**

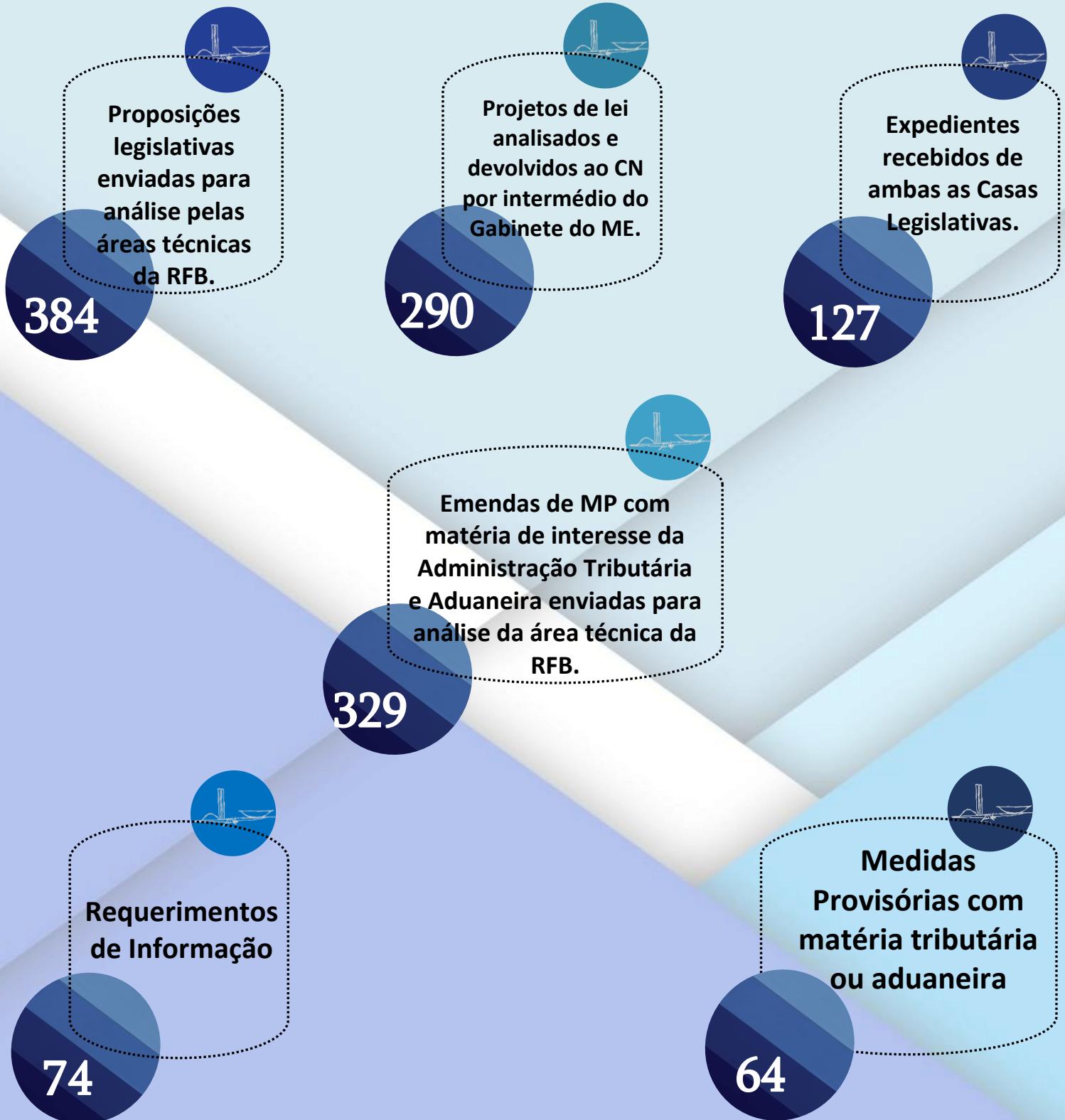
A receita Federal do Brasil, em 2021, realizou ações que contribuíram para o saneamento dos regimes de tributação do Simples Nacional (SN) e do Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (SIMEI), a saber:

- a. A exclusão de 283.434 pessoas jurídicas do Simples Nacional, por débitos, com efeitos a partir de 01/01/2022.
- b. O desenquadramento de 62.360 de contribuintes optantes do SIMEI, pelo exercício de atividade econômica que deixou de ser permitida pela Resolução CGSN nº 143/2018.
- c. A exclusão de 701 contribuintes do Simples Nacional (SN) e o desenquadramento de 2.699 contribuintes do SIMEI, em razão de excesso de receitas, cujos limites são estipulados pela legislação tributária.

Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação:

- a. A RFB produziu proposta de mudanças na legislativa, visando racionalizar a concessão de isenções de IPI/IOF para aquisição de automóveis por Pessoas com Deficiência. Como fruto desse trabalho, o prazo para renovação da isenção foi aumentado para três anos e foi criado um valor máximo desse benefício, que atualmente está limitado em R\$ 200 mil.
- b. Foi desenvolvido um sistema que permite a realização de requerimentos eletrônicos, via internet, de benefícios fiscais (BF) e de regimes especiais de tributação (RET).
- c. O Art 198 do Código Tributário Nacional (CTN) foi alterado, a partir de proposta da RFB, permitindo a divulgação de informações de BF individualizadas por contribuinte pessoa jurídica, inclusive do valor fruído.

ASSUNTOS LEGISLATIVOS



TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

Reforma Tributária



Analisadas 128 emendas ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, que trata da reforma do Imposto sobre a Renda.

As principais medidas do Projeto de Lei são:

- Fim dos juros sobre o capital próprio;
- Redução da alíquota do IRPJ e tributação dos dividendos distribuídos;
- Reajuste da tabela progressiva do IRPF;
- Alteração das regras do mercado financeiro.

Simplificação da Legislação Tributária



O projeto, iniciado em 2020, encontra-se nas fases de consolidação e modernização dos atos normativos, com conclusão prevista para 2022.

*Atos normativos da
Receita Federal
revogados*

814

46%



*Redução no quantitativo de
Instruções Normativas vigentes*

23 Temas Consolidados.

23



Em 2021 a área de tributação da Receita Federal expediu **3.816 atos interpretativos.**

Solução de Consulta sobre Legislação Tributária	217
Solução de Consulta sobre Classificação de Mercadorias	477
Solução de Consulta Vinculada	449
Solução de Consulta Interna	17
Solução de Divergência sobre Legislação Tributária	2
Solução de Divergência sobre Classificação de Mercadorias	22
ADE	33
Despacho Decisório sobre Legislação Tributária	1268
Despacho Decisório sobre Classificação de Mercadorias	235
Exposição de Motivos	37
Informação Cosit	54
Nota Ação Judicial	54
Nota Cosit PL	290
Nota Cosit	582
Nota Conjunta	17
Nota de Encaminhamento/Nota de Encaminhamento Conjunta	39
Parecer Cosit	23

Solução de 1.184 consultas e divergências sobre legislação tributária e classificação de mercadorias, gerando segurança jurídica.

Compêndio de Ementas do Ceclam

O Centro de Classificação de Mercadorias (Ceclam) da Cosit divulgou a atualização do seu Compêndio de Ementas, até 21 de outubro de 2021, totalizando 3.301 mercadorias classificadas em 3.081 Soluções de Consulta e 220 Soluções de Divergência.

O Compêndio de Ementas traz informações sobre as descrições e os códigos de classificação fiscal de cada uma das mercadorias classificadas pelo Ceclam, desde o início de seu funcionamento, em julho de 2014.

Ressalta-se que, conforme art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 2014, as Soluções de Consulta e Soluções de Divergência do Ceclam, a partir da data das respectivas publicações, têm efeito vinculante no âmbito da RFB e respaldam qualquer sujeito passivo que as aplicar, independentemente de ser o consulfente, sem prejuízo de que a autoridade fiscal, em procedimento de fiscalização, verifique os efetivos enquadramentos.

Preços de transferência RFB/OCDE

Projeto conjunto para elaboração de minuta de legislação para convergência do modelo brasileiro aos padrões internacionais com relação à aplicação das regras de preços de transferência (valor cobrado nas transações entre empresas de um mesmo grupo econômico). Essas regras visam evitar o deslocamento do lucro tributável para outra jurisdição de baixa tributação ou alocação de despesas em excesso às empresas situadas no Brasil mediante operações com pessoas relacionadas.

Após iniciativas de capacitação realizadas para Auditores-Fiscais, Procuradores e julgadores do CARF, o projeto está finalizando os últimos detalhes da legislação primária e iniciando a elaboração da legislação secundária e das medidas de simplificação para aplicação das novas regras (safe harbours).

AÇÕES

Consolidação

Redução de 46% do número de instruções normativas, após os procedimentos de revogação, consolidação e atualização promovidos pelo Projeto (1.785 instruções normativas são objeto de avaliação).

O Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que entrou em vigor em 3 de fevereiro de 2020, determina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Poder Executivo Federal.

Gestão de Riscos

Continuação da Implementação de procedimentos de gestão de riscos do processo de trabalho relacionado às soluções de consulta internas. Os objetivos essenciais são (i) avaliar se o posicionamento assumido perante os riscos mapeados mostra-se compatível com o apetite a risco da RFB, e (ii) definir procedimentos para mitigação dos riscos considerados incompatíveis com o apetite a risco da RFB, inclusive em articulação com outras áreas da instituição, se for o caso.

AÇÕES

Classif

O Ceclam disponibilizou no 4º trimestre de 2021 a nova versão do sistema Classif, que é o módulo do Portal Único do Comércio Exterior (Pucomex), relativo à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), com as seguintes novidades para auxiliar seus usuários na classificação fiscal de mercadorias:

- Consulta ao tratamento administrativo na importação e na exportação (licenciamento, permissões, proibições etc) através de integração com o módulo TA do Portal;
- Consulta as decisões sobre classificação fiscal de mercadorias em nível de subitem através de integração com o sistema Normas (1ª versão);
- Download da Tabela NCM em formato JSON (texto plano) e XLSX (texto rico) pelo Portal;
- Download da Tabela NCM em formato JSON (texto plano) sem necessidade de Captcha, clique aqui;
- Carga automática da Tabela NCM completa a partir da Resolução Camex, permitindo a sua manutenção de forma segura e rápida.

Além disso, o sistema Classif oferece:

- Consulta a tabela NCM em interface moderna e amigável, com todos os textos legais desde 1996, inclusive quanto à formatação de texto;
- Consulta às Notas legais da NCM;
- Consulta às Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (Nesh), que são a interpretação oficial do Sistema Harmonizado (SH) em nível internacional;
- Pesquisa integrada nas Tabela NCM, Notas legais e Nesh;
- Regras Gerais de Interpretação do Sistema Harmonizado (SH);
- Acesso rápido a informações sobre o comércio exterior como Portal da Aduana, tabela do SH em inglês, tabela NCM em espanhol e a tabela de correlação entre a NCM e a Naladi.

Assim, o Classif avança no seu objetivo de auxiliar o acesso à informação pelos importadores e exportadores, de modo a se tornar um instrumento de facilitação do comércio exterior e um meio de divulgação internacional da pauta aduaneira brasileira.

Projeto Consulta Tributária Eletrônica

O Projeto Consulta Eletrônica (CT-e) possibilita a formulação de consulta sobre a classificação fiscal de mercadorias e sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira, em convergência com os demais serviços virtuais oferecidos pela RFB, por meio do e-CAC.

Em dezembro de 2021, foram publicadas a Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 2021 (Regulamenta o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil) e a Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021 (Regulamenta o processo de consulta sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira e sobre classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil) com a consequente implantação da CT-e, a partir de 1º de janeiro de 2022, e encerramento do projeto.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

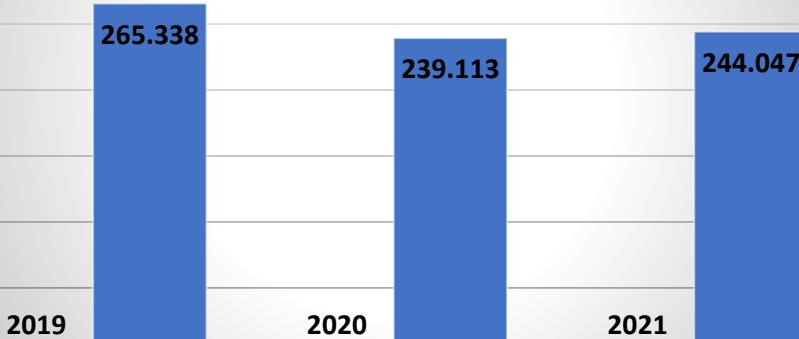
Processos Julgados pelas DRJ

Da análise da produção em 2021, verifica-se que as DRJ julgaram 81.105 processos, os quais envolvem aproximadamente R\$ 202 bilhões em litígios, entre autuações fiscais e pedidos de resarcimento, restituição, reembolso e compensação de tributos. Comparando-se com a produção do ano anterior, houve um decréscimo de aproximadamente 7% na quantidade total dos processos julgados e um acréscimo de 16% no valor total dos processos julgados.

Ano	Qtde total processos julgados	Valor total processos julgados
2020	87.510	174.124.154.502,37
2021	81.105	202.577.455.176,25

Processos em Contencioso

Acervo de processos em contencioso administrativo de 1ª instância - Quantidade



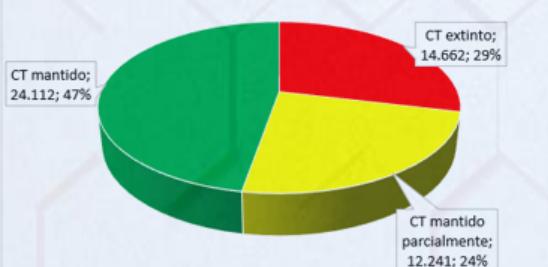
**TEMPO MÉDIO EM CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DE 1^a
INSTÂNCIA (EM DIAS) - GERAL
(TODOS OS PROCESSOS)**



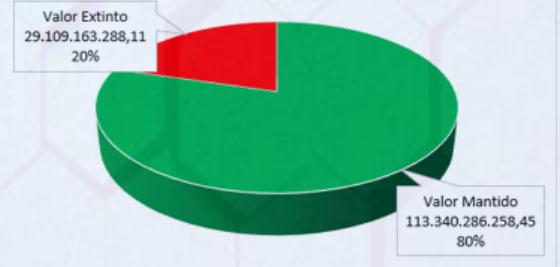
Ano	Tempo médio
dez-14	637
dez-15	733
dez-16	864
dez-17	971
dez-18	987
dez-19	950
dez-20	924
dez-21	777

79,6% (113,3 bi)	Índice de aderência do CT (autos de infração)- Valor	Valor mantido
20,4% (29,1 bi)	Índice de aderência do CT (autos de infração)- Valor	Valor extinto
47,3% (24.112)	Índice de aderência do CT (autos de infração)- Qtd	CT mantidos
24% (12.86)	Índice de aderência do CT (autos de infração)- Qtd	CT mantidos parcialmente
28,7% (14.662)	Índice de aderência do CT (autos de infração)- Qtd	CT extintos
Tempo médio	139 dias Processos prioritários	777 dias Todos os processos

Índice de aderência - CT - Quantidade



Índice de aderência - CT - Valor



183

Procedimentos de
Investigação em curso

173

Encerrados em 2021



23,3

Toneladas de cocaína apreendidas a com a participação da área de inteligência

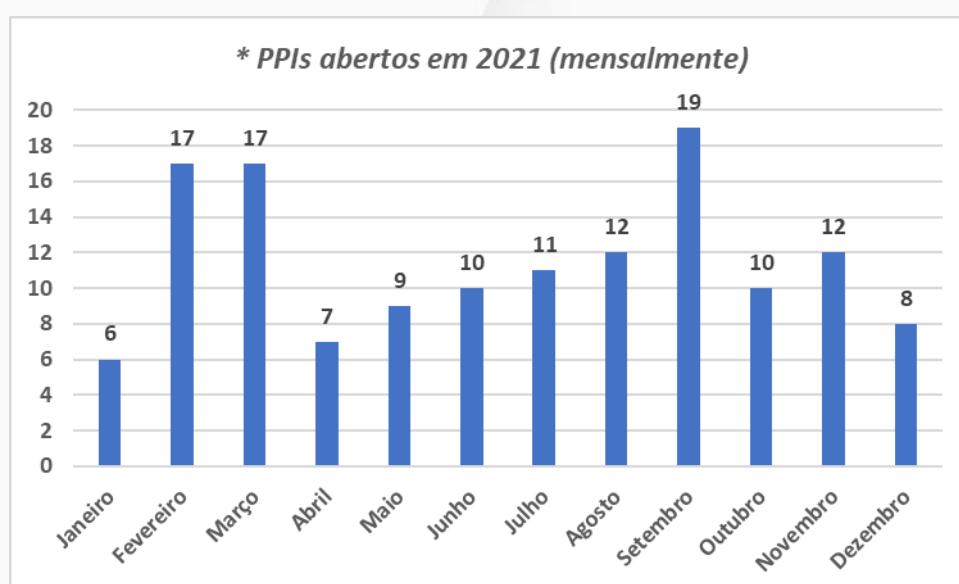
Durante todo o ano de 2021 foram 23,3 toneladas de cocaína apreendidas com o auxílio da Copei, de um total de 36,3 toneladas apreendidas pela RFB. Diante disso, 64,2% de todo quantitativo de cocaína apreendido pela RFB, no ano de 2021, contaram com a participação da Copei.

29

Operações em 2021

01

QUANTIDADE DE PPIs (procedimentos de pesquisa e investigação) ABERTOS POR MÊS EM 2021



Total de novos PPIs abertos em 2021: 138

02

OPERAÇÕES DE IMPACTO: Deflagradas 29 operações de impacto durante todo o ano de 2021.

OPERAÇÃO “SHAWARMA”

Trabalho realizado pelo Espei10 em conjunto com a Polícia Federal e voltado a combater esquema de lavagem de dinheiro oriundo de contrabando, descaminho e tráfico de drogas mediante utilização de contas em nome de empresas vinculadas a interpostas pessoas que passavam procurações para o principal investigado.

No período de 2016 a 2020 foram movimentados valores equivalentes a R\$ 230 milhões, embora apenas R\$ 956 mil tivessem sido declarados.

A operação culminou com a decretação de 9 prisões, o cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão e medidas cautelares como a indisponibilidade de bens dos investigados, além da suspensão das atividades de empresas do grupo.

OPERAÇÃO “Francamente”

Operação voltada a desarticular esquema de fraude na venda de caminhonetes na Zona Franca de Manaus para o restante do país, sem o correspondente recolhimento de tributos que seria benefício fiscal concedido apenas para aquisição de veículos destinado à circulação naquela região.

Embora já identificada a sonegação de tributos federais e estaduais de R\$ 26 milhões, estima-se uma evasão total de R\$ 500 milhões.

Foram expedidos e cumpridos, com a participação da Receita Federal, 23 mandados de busca e apreensão, além da decretação do sequestro de bens de um dos investigados.

Participaram dos trabalhos o Espei01, com o apoio da Inspetoria da RFB em Cáceres/MT, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos estados da Amazônia e do Mato Grosso.

OPERAÇÃO “Calvary”

Trata-se de operação de lavagem de dinheiro obtido com o tráfico internacional de cocaína, inclusive com a utilização de navio pertencente ao próprio grupo investigado.

Como resultado, houve a expedição de cumprimento de 36 mandados de busca e apreensão que contou com a participação da Receita Federal, 10 mandados de prisão, interdição de atividade econômica nos estados de São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, sequestro de um navio, de 28 bens imóveis, de veículos e de valores em contas bancárias de 53 pessoas físicas e jurídicas, inclusive no exterior, além da interdição de uma rede de combustíveis na Bahia.

Os trabalhos foram conduzidos pelo Espei08 em parceria com a Polícia Federal.

OPERAÇÃO “Urano”

Mais um trabalho voltado ao combate do crime de lavagem de dinheiro decorrente do tráfico de drogas.

A organização criminosa operava com dois núcleos específicos nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás: um que atuava no comércio das drogas e o outro que cuidava da lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores.

A operação, conduzida conjuntamente pelo Nupei de Campo Grande/MS e a Polícia Federal, teve como resultado a expedição e cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão, com participação de auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal, o sequestro de 31 veículos, de 3 bens imóveis e ativos financeiros em contas de 12 pessoas físicas e jurídicas, além da interdição da atividade de 6 empresas ligadas ao grupo criminoso.

OPERAÇÃO “Strike”

Trata-se de investigação do Espei05 e Efrau05, pela Receita Federal, em conjunto com a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União – CGU.

No esquema fraudulento investigado, uma determinada entidade de assistência social realizava distribuição de lucros para seus dirigentes, mediante declaração de prestação de serviços por interpostas pessoas físicas e jurídicas.

Os trabalhos resultaram na expedição de 14 mandados de busca e apreensão, cuja execução contou com a participação de auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal, policiais federais e auditores da CGU. Também foi decretada a suspensão da imunidade tributária da entidade assistencial, além do que, estima-se lançamentos da ordem de R\$ 500 milhões apenas para os anos de 2017 e 2018.

OPERAÇÃO “Baco”

Trabalho relacionado a ilícitos cometidos por servidores do Estado de Tocantins que se utilizavam de supostas operações ligadas ao plano de saúde dos servidores estaduais para obterem vantagens indevidas.

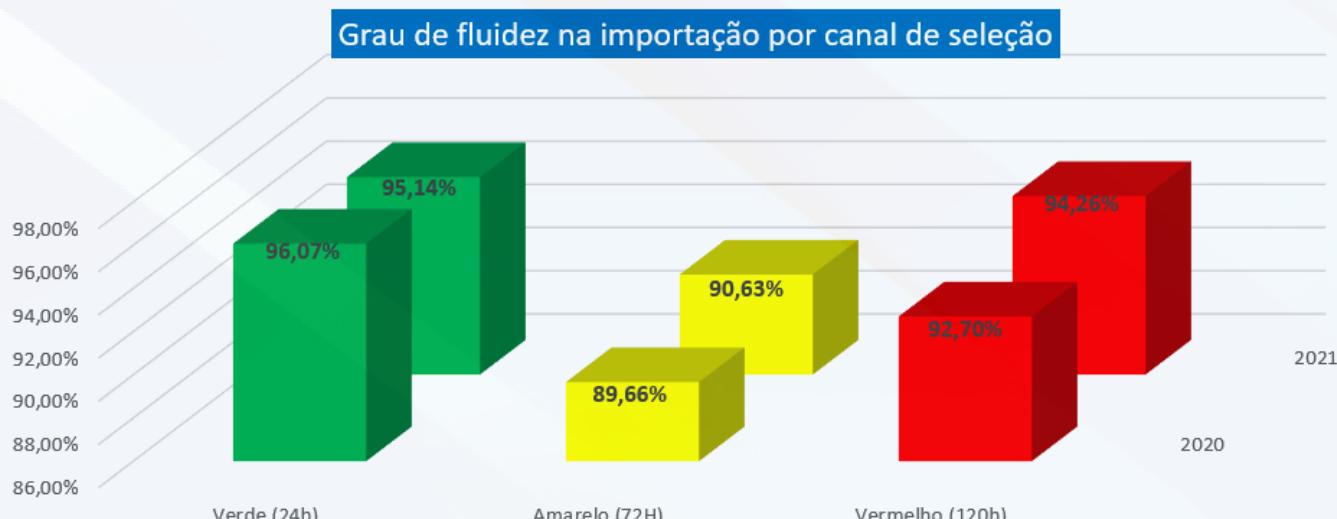
A operação resultou na expedição de um mandado de prisão e na emissão de mandados de segurança cumpridos com a participação da Receita Federal junto aos policiais federais, nas cidades de Palmas/TO, Brasília/DF e Itajaí/SC.

Aumento da agilidade na importação

Grau de fluidez na Importação 2019	Grau de fluidez na Importação 2020	Grau de fluidez na Importação 2021	Variação 2019x2020	Variação 2020x2021
92,86%	93,32%	93,35%	+0,47%	+0,03%

Fonte: Painel de indicadores da Importação em 15/02/2022.

Grau de fluidez na importação = tempo médio decorrido entre o registro da DI e a conclusão do despacho aduaneiro, que é o desembaraço.
META: 94% das declarações liberadas em menos de 24h.



Fonte: Painel de indicadores da importação em 15/02/2022

Tempos na Importação e na Exportação por Modal

MODAL	IMPORTAÇÃO (tempo médio em dias entre o Registro da DI e o Desembaraço)		EXPORTAÇÃO (dias entre a Apresentação da Carga para Despacho - ACD e Embarque)	
	2020	2021	2020	2021
AÉREO	0,23	0,23	2,85	2,20
MARITIMO	1,06	1,02	7,1	8,26
TERRESTRE	0,12	0,10	0,77	0,24
GERAL	1,05	0,39	4,92	4,39

Fonte: Painel de indicadores da Importação em 15/02/2022, e Painel de indicadores da Exportação em 15/02/2022.

PROGRAMA BRASILEIRO DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO OEA



NÚMEROS OEA:

638

Certificados



238 OEAS



150 OEAC

125 (OEAS + OEAC)

494

CNPJ Diferentes

Importadores e Exportadores

59%



ARM - ACORDOS DE RECONHECIMENTO MÚTUO ASSINADOS



ARM ASSINADOS:



Brasil-México
05/05/2021

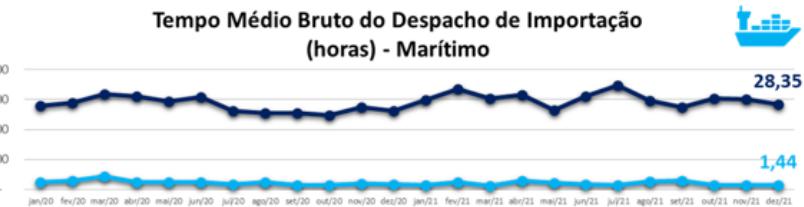


Brasil-Colômbia
06/07/2021

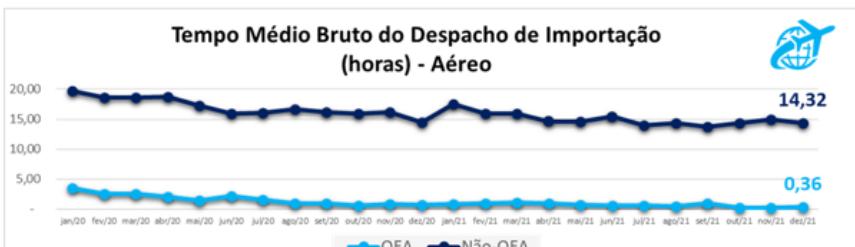


TEMPO MÉDIO BRUTO DO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO

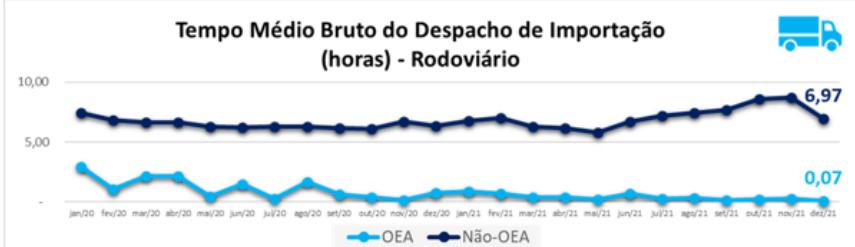
Tempo Médio Bruto do Despacho de Importação (horas) - Marítimo



Tempo Médio Bruto do Despacho de Importação (horas) - Aéreo



Tempo Médio Bruto do Despacho de Importação (horas) - Rodoviário



OEA-INTEGRADO SECEX:



Entrada em Operação
01/09/2021

Benefícios aos OEA -C2 relativos à concessão de Drawback



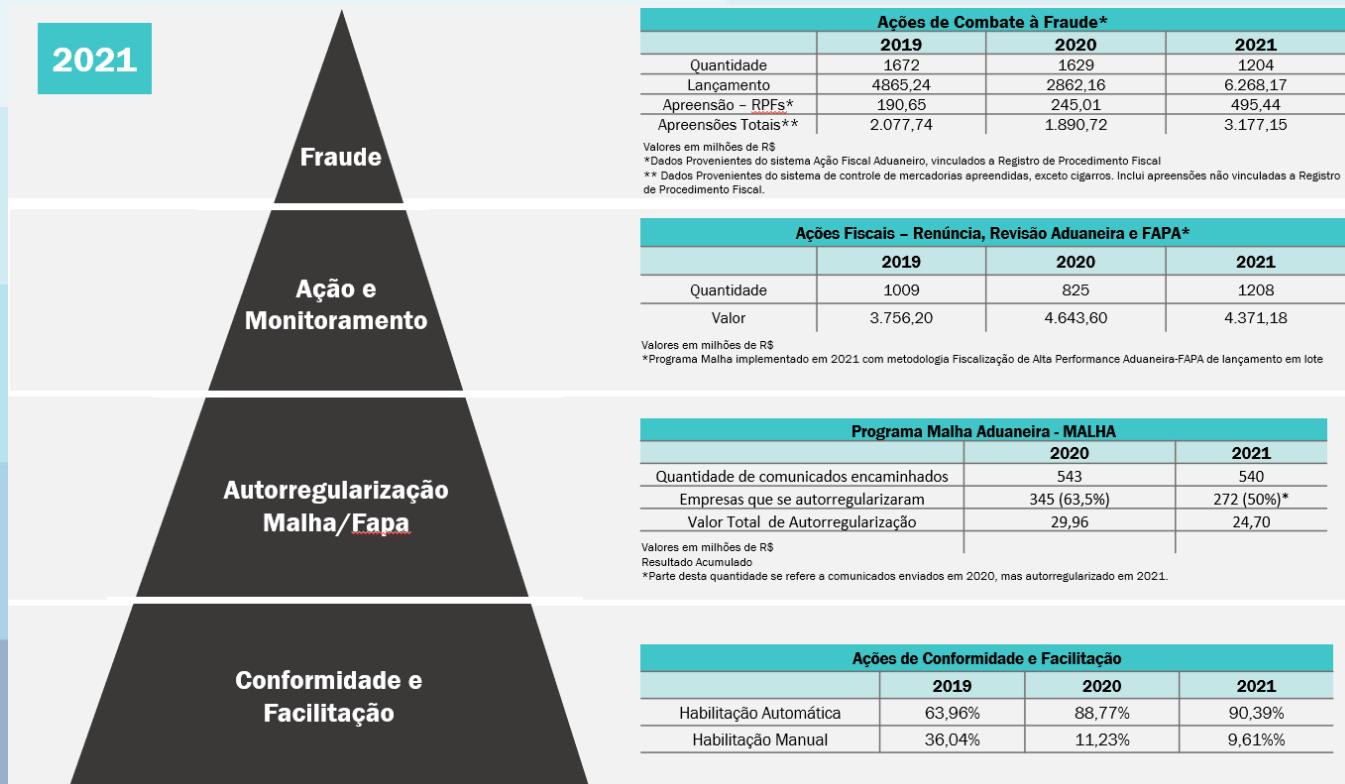
Redução do prazo de concessão de 12,1 para 1,4 dias

Conheça as empresas já certificadas

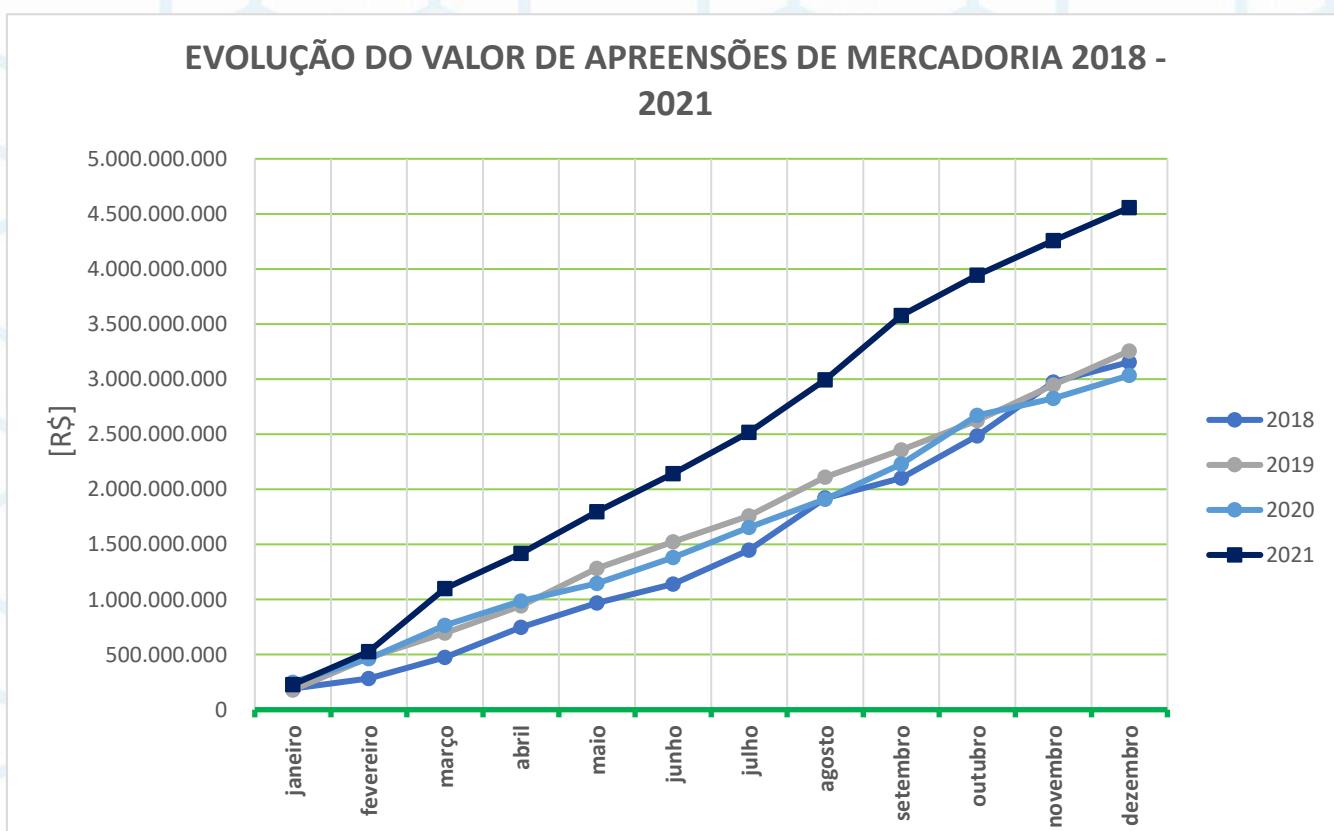
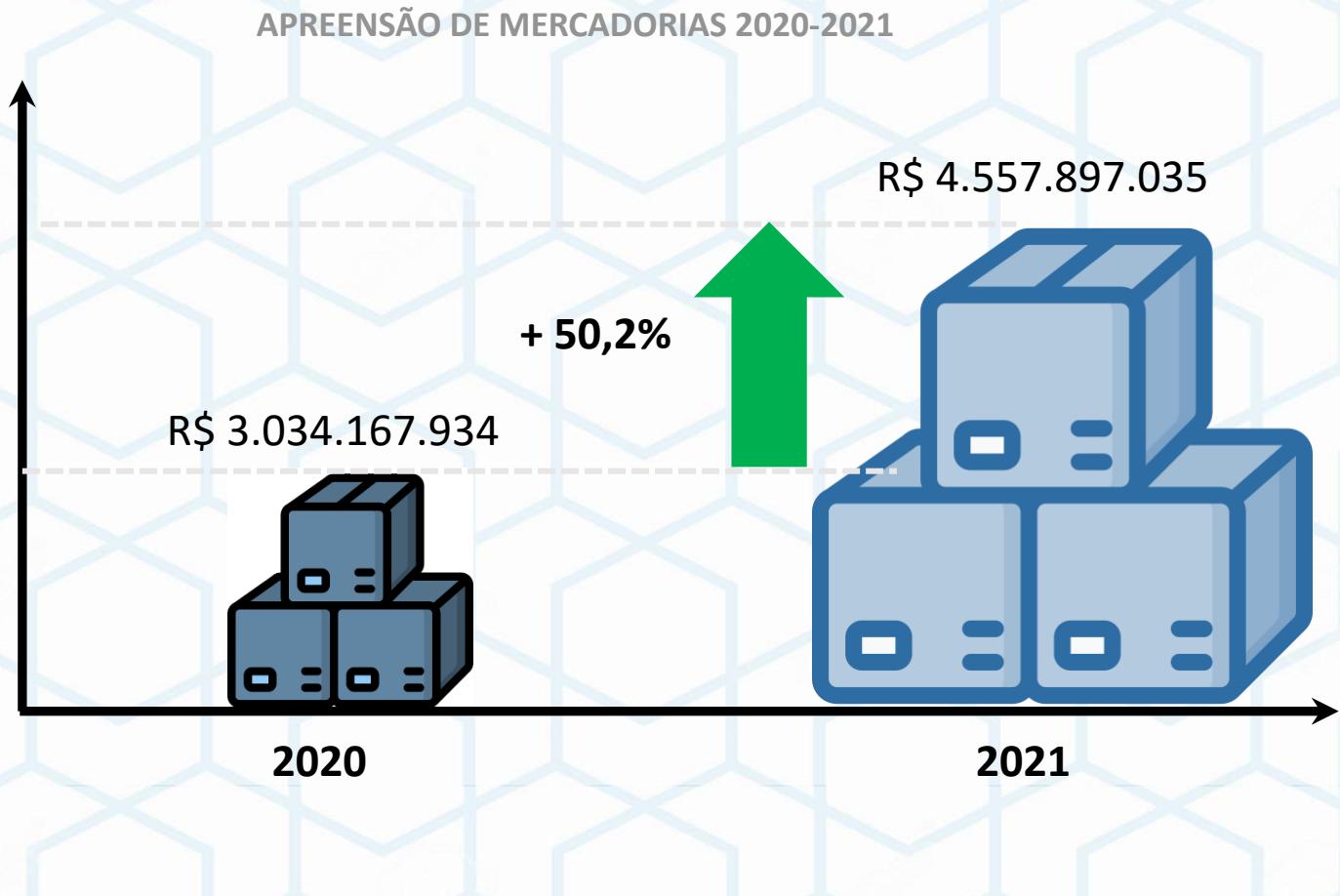


Fiscalização Aduaneira e Gestão de Riscos

Tendência de alta da conformidade obtida em conjunto com contínua queda no percentual de seleção total de DI para conferência. Em 2021, estas representaram 3,18% das DI registradas no país. O aumento da conformidade com diminuição da seleção é decorrência direta de fiscalizações antecedidas por Gerenciamento de Riscos que visa lhes agregar precisão e relevância de resultados.



REPRESSÃO | CONTRABANDO E DESCAMINHO



AGARROS E DROGAS

Quantidade de Cigarros Apreendidos

2020 | 227 milhões de maços

Valor de Cigarros Apreendidos

2020 | R\$ 1,130 bilhão



2021 | 275 milhões de maços

2021 | R\$ 1,369 bilhão

Quantidade de Drogas Apreendidas

Maconha

2020 | 18.399 Kg



2021 | 8.744 Kg

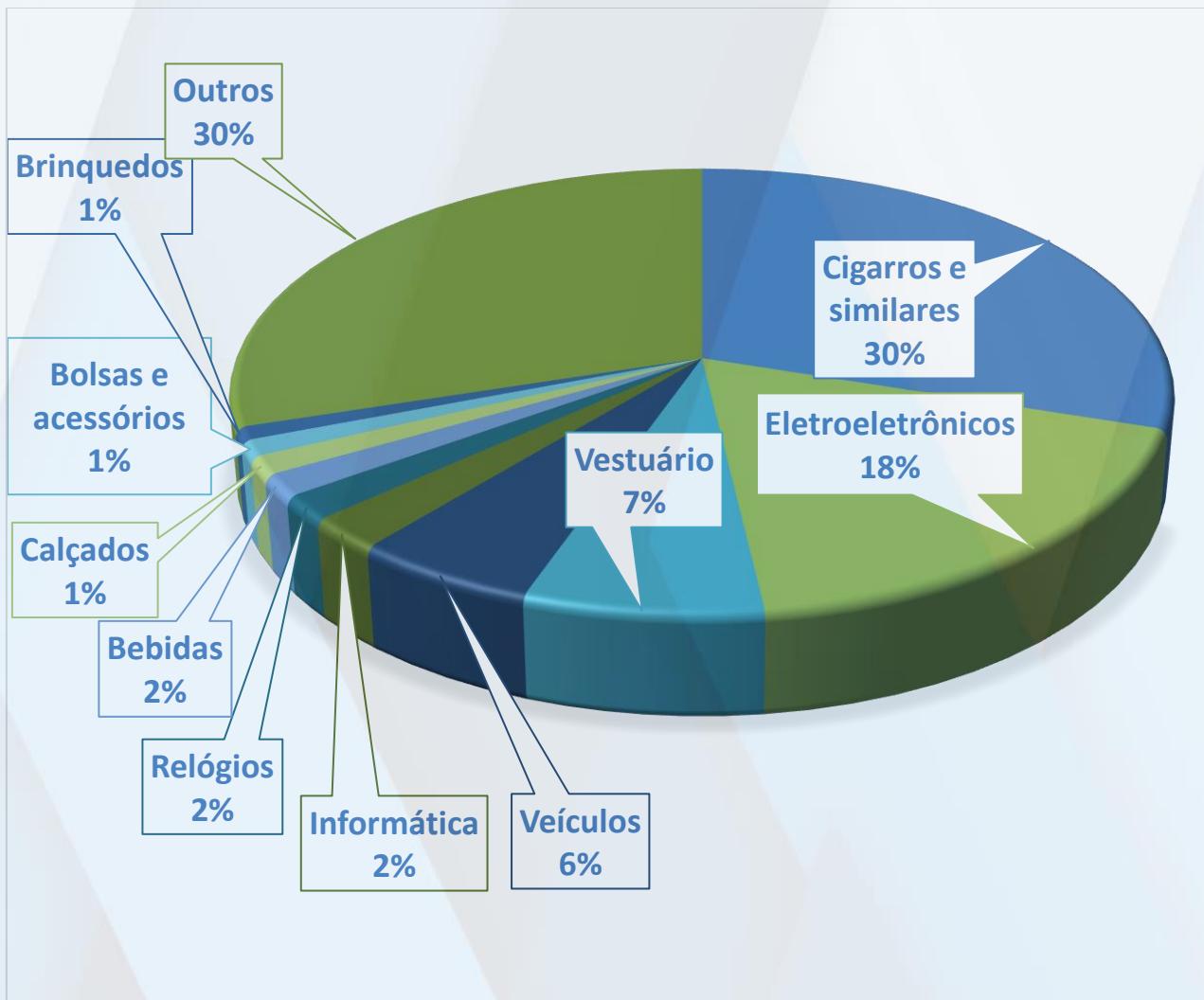
Cocaína

2020 | 48.072 Kg



2021 | 36.717 Kg

MERCADORIAS MAIS APREENDIDAS 2021



DESCRICAÇÃO	Janeiro a Dezembro de 2021	
	VALOR(R\$)	% DO TOTAL
Cigarros e similares	1.369.429.401,22	30%
Eletroeletrônicos	825.004.414,87	18%
Vestuário	329.732.116,40	7%
Veículos	255.085.795,64	6%
Informática	107.094.502,29	2%
Relógios	80.781.921,30	2%
Bebidas	72.172.757,77	2%
Calçados	60.669.252,34	1%
Bolsas e acessórios	52.222.813,39	1%
Brinquedos	42.567.549,45	1%
Outros	1.363.136.511,31	30%
TOTAL	4.557.897.035,98	100,00%

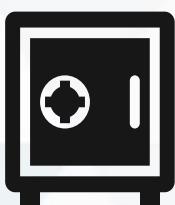
Apreensões em números 2021

Descrição		Quantidade	Unid. de medida	Valor(R\$)	Totais Parciais (R\$)	% do Total
Armas e Munições	Armas	138	unidade	181.011,96	215.050,26	0,00%
	Munições	49 15.179	kg unidade	2.871,63 31.166,67		
Bebidas	Alcoólicas	57.124	garrafa	3.028.152,12	71.159.830,79	1,56%
		852	kg	9.006,16		
		179.207	l	925.606,04		
		900.692	unidade	67.197.060,47		
	Outras	36 184 300 410.043	garrafa kg l unidade	72,00 1.953,28 1.275,00 1.009.626,70	1.012.926,98	0,02%
Bolas Esportivas		188.055	unidade	780.323,97	787.469,91	0,02%
		854	kg	7.145,94		
Bolsas e acessórios		5.216.605	unidade	38.273.458,49	52.222.813,39	1,15%
		208.381	kg	13.949.354,90		
Brinquedos		2.181.730	unidade	33.438.860,74	42.567.549,45	0,93%
		200.893	kg	9.128.688,71		
Calçados	Esportivo	7.109	kg	143.626,81	9.353.544,47	0,12%
		147.391	unidade	9.209.917,66		
	Outros	290.803	kg	48.031.747,09	51.315.707,87	1,13%
Cigarros e similares		498	kg	100.751,27		
		274.977.341	maço	1.369.328.649,95	1.369.429.401,22	30,05%
Eletroeletrônicos		12.840.172	unidade	800.340.126,74	825.004.414,87	18,10%
		200.315	kg	24.664.288,13		
Informática		4.579.100	unidade	104.740.131,74	107.094.502,29	2,35%
		6.991	kg	2.354.370,55		
Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes		41.927	unidade	7.687.931,91	11.665.253,94	0,26%
		3.689	l	362.345,49		
		32.821	kg	3.614.976,54		
Máquinas de jogos de azar		0	saca	0,00	11.665.253,94	0,26%
Medicamentos		693	unidade	782.010,16	782.010,06	0,02%
		807.939	unidade	6.924.449,33	9.223.018,47	0,20%
Mídias para gravação (CD, DVD)	Gravadas	0	l	0,00		
		11.548	kg	2.298.569,14		
	Não Gravadas	21.147	unidade	767.173,48	820.295,46	0,02%
		1.036	kg	53.121,98		
		44	kg	235,18	124.379,86	0,00%
Óculos de sol		93.341	unidade	124.144,68	28.297.299,59	0,62%
		38.310	kg	8.568.213,88		
Perfumes		1.685.243	unidade	19.729.085,71	28.297.299,59	0,62%
		15.518	kg	1.524.562,45	20.128.274,88	0,44%
Pneus		208.522	unidade	18.603.712,43		
Pilhas e Baterias		55.996	unidade	13.548.736,08	13.554.590,63	0,30%
		129	kg	5.854,55		
Relógios		1.607.505	unidade	19.775.836,19	21.378.951,52	0,47%
		58.364	kg	1.603.115,33		
Aeronaves e Embarcações		1.444.091	unidade	41.530.831,48	80.781.921,30	1,77%
		199.951	kg	39.251.089,82		
Veículos		2.265	unidade	26.651.440,53	26.651.440,53	0,58%
Vestuário		20.215	unidade	255.085.795,64	255.085.795,64	5,60%
Videogames	Consoles	2.488.598	kg	207.811.639,68	329.732.116,40	7,23%
		14.555.640	unidade	121.920.476,72		
	Acessórios	324.791	unidade	14.402.145,22	14.462.995,45	0,32%
		734	kg	60.850,23		
Total dos principais itens				3.342.863.718,67	3.342.863.718,67	73,34%
Outras mercadorias				1.215.033.317,31	1.215.033.217,31	26,66%
TOTAL				4.557.897.035,98	4.557.897.035,98	100,00%



Compartilhamento de imóveis

Compartilhamento de 5090 m² em 10 imóveis da RFB, com economia estimada em R\$ 600 mil por ano.



ORÇAMENTO RFB 2021: 2,507 bilhões



100% dos recursos foram empenhados



Aquisições

Em 2021 foram investidos mais de R\$ 130 milhões em aquisições de interesse da área aduaneira, destacando-se:

- 387 veículos especiais de fiscalização, entre Caminhonetes, Suvs blindadas e Sedans;
- 5 equipamentos de Raio X portátil;
- 1000 pistolas Berettas.

DESTAQUES



RACIONALIZAÇÃO NA GESTÃO
R\$ 42,8 Milhões
(Redução nas despesas com Manutenção das Unidades em relação ao exercício de 2020)



DESTRUÇÃO
Cigarros: 9215 Toneladas (R\$ 950 milhões)
Agrotóxicos: 404 Toneladas (R\$ 18 milhões)



DESTINAÇÕES
R\$ 3,77 Bilhões
RECORDE HISTÓRICO EM 2021



LEILÕES
R\$ 634,7 Milhões
RECORDE HISTÓRICO EM 2021

COVID

Em 2021 foram destinadas pela RFB mercadorias em valores superiores a R\$ 93 milhões, especificamente utilizadas no apoio ao combate à pandemia da Covid-19.

Tipos de mercadorias	Valor contábil
Bazar	R\$ 11.780.213,14
Bebidas ou perfumes para produção de álcool em gel	R\$ 11.015.705,84
Celulares, tablets, notebooks e equipamentos de informática	R\$ 22.844.956,10
Insumentos e equipamentos hospitalares	R\$ 29.318.281,31
Outros	R\$ 10.694.092,85
Testes rápidos - Covid	R\$ 6.074.592,50
Veículos	R\$ 1.820.362,32
Total Geral	R\$ 93.548.204,06

Indicador de Custo da Administração Tributária



Trata-se de um indicador internacional, que mede a relação entre custo da Administração Tributária Federal e arrecadação federal total, indicando o grau de eficiência da Administração tributária.

A OCDE divulga este indicador por meio da pesquisa ISORA - International Survey on Revenue Administration. Esta pesquisa tem alterado alguns critérios ao longo dos anos.

Os dados constantes da ISORA referentes a 2020, compreendem apenas os custos da Administração Tributária, excluídos os custos da Administração Aduaneira, a partir de dados informados pela própria RFB. Por isso, o Brasil aparece com 0,44%, índice menor que o do gráfico acima, com a separação de custos.



01

Desativações e atualizações no ambiente analítico da RFB: desativação dos DW do CNPJ, CPF, Ação Fiscal e Gerencial Ação Fiscal, com a migração de dados para o Receita Data e utilização de um conjunto maior de ferramentas para visualização de dados, com otimização do tempo de consultas.

02

Atualização da ferramenta MicroStrategy, utilizada no Data Warehouse Corporativo RFB (DW RFB), com melhorias como a disponibilização de novas funcionalidades para a construção de dashboards.

03

Conscientização do corpo funcional acerca de ataques cibernéticos à Administração Pública: publicação de mais uma notícia da campanha relativa às medidas de segurança básicas a serem adotadas pelos usuários contra o ataque que visa criptografar e tornar indisponíveis arquivos presentes em computadores, geralmente com a exigência de pagamento para o fornecimento das chaves necessárias ao restabelecimento dos dados (Ransomware).

04

Implantação do Domínio Único IntraRFB: o ambiente de TI da Receita Federal simplificado para padronizar as atividades, facilitando a implantação de atualizações de softwares em todo o País; a criação de equipes nacionais de gestão de todo esse ambiente; e procedimentos necessários em mudanças de colegas entre regiões fiscais.

GESTÃO DE PESSOAS

INDICADORES ESTRATÉGICOS DA CAPACITAÇÃO:

Índice de Desenvolvimento Gerencial
36,17%

(percentual de dirigentes capacitados em competência gerencial – Meta 20%)

Aprofundamento
52,59 horas

(carga horária média de capacitação por servidor/empregado público na RFB – Meta 20 h)

Amplitude
74,06%

(percentual de servidores/ empregados públicos na RFB capacitados – Meta 70%)

Programa de Gestão – 26 projetos instruídos. Quase 100% processos de trabalho RFB.

Implementação Programa de Gestão no SA3.

Gestão de Pessoas no Sobicorp.

Novo módulo Afastamentos no SA3

Concluintes dos cursos de Desenvolvimento Gerencial: 1.923

Números de vagas em cursos de especializações, mestrados e doutorados de iniciativa da Administração e do Servidor

Previsão de término	Especialização	Mestrado / Doutorado
2020	290	-
2021	1.158	34
2022	1.006	57
2023	457	64
2024	-	52
2025	-	2
Total	2.911	209



Apresentado, pela UNB, o resultado da pesquisa de clima organizacional à Alta Administração, Gestão de Pessoas e demais servidores da RFB

PROCESSO DE SELEÇÃO DE DELEGADOS

55 nomeações decorrentes de Seleção Interna

1300 Acolhimentos Psicossocial

5989 Usuários do canal QVT

- 3429 servidores do quadro de pessoal ME avaliados para fins de gratificação
- Evolução Funcional de 2551 servidores RFB (Auditores e Analistas Tributários) e 766 servidores de quadro de pessoal ME

- Publicada a Portaria nº 53, de 14 de julho de 2021, que estabelece o Inventário de Competências Institucionais e Individuais no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

- Realizado o Diagnóstico das Necessidades de Capacitação.

AUDITORIA INTERNA

13

*Temas de
auditorias
desenvolvidos
em 2021*

- | | |
|--|--------------|
| 1. Realizar Procedimentos de Pesquisa e Investigação; | Concluída |
| 2. Realizar Cobrança Administrativa; | Concluída |
| 3. Realizar Auditoria Fiscal (aduaneira); | Concluída |
| 4. Gerir Ferramentas de Suporte à Execução dos Procedimentos Fiscais; | Concluída |
| 5. Realizar o Controle de Outros Regimes Aduaneiros Especiais; | Concluída |
| 6. Gerir Crédito Tributário; | Concluída |
| 7. Controlar Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação; | Concluída |
| 8. Gerir a Captação e o Tratamento de Dados de Interesse Fiscal; | Em andamento |
| 9. Realizar Gestão Contábil; | Em andamento |
| 10. Desenvolver, Adquirir e Implantar Soluções de TI | Em andamento |
| 11. Formular e Analisar Propostas de Política Tributária e Aduaneira | Em andamento |
| 12. Conformidade da execução de atividades pelos empregados do Serviço Federal de Processamento de Dados (SEPRO) cedidos à RFB | Em andamento |
| 13. Prestar Orientação e Atendimento | Em andamento |

02

Nota de auditoria referente à avaliação de relatório de acompanhamento e avaliação de atividade em teletrabalho

118

Número de recomendações de auditoria interna emitidas.

**GESTÃO
DE
RISCOS**

- ❖ Execução de Apoio Metodológico para processos de trabalho no contexto do Programa de Integridade da RFB;
- ❖ Participação no Projeto de Integração da Gestão de Riscos na RFB.

Auditorias TCU: 25

Auditorias CGU: 12

Quantidade de documentos emitidos a partir de solicitações/recomendações/determinações de órgãos externos:

TCU

273

CGU

332

OUTROS

192

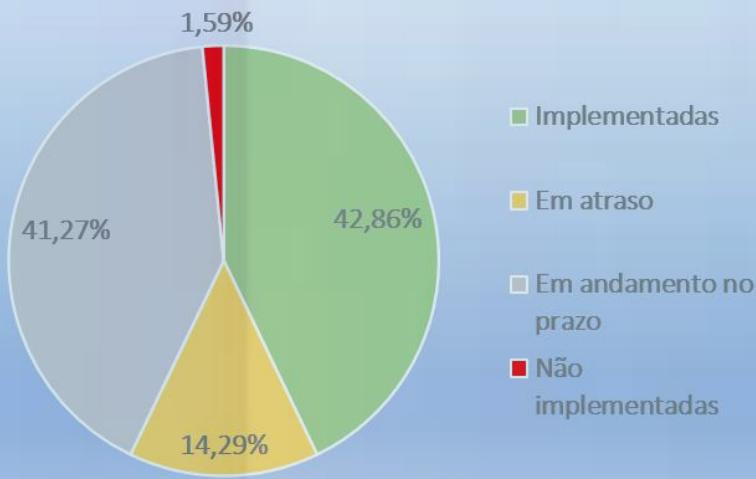
INICIATIVAS E RESULTADOS

Plano de Integridade 2021

Qtde. de ações, por processo de Integridade



Grau de cumprimento das ações – 12/2021



Total: 63 ações

INICIATIVAS RELEVANTES

Principais ações implementadas em 2021:

- Avaliação da integridade aduaneira, realizada pela Organização Mundial das Aduanas (OMA);
- Pesquisa de percepção da integridade aduaneira, também realizada pela OMA;
- Análise comparativa de experiências internacionais de sucesso na área de integridade pública;
- Identificação e análise dos riscos de integridade de processos de trabalho considerados sensíveis;
- Campanha de fomento do canal de denúncias

ADVERTÊNCIAS
aplicadas

1

SUSPENSÕES
aplicadas

13

**Processos
Administrativos
Disciplinares**
instaurados

77

**DEMISSÕES e
CASSAÇÕES de
APOSENTADORIA**
aplicadas

29

**Termos de
Ajustamentos
de Conduta**

8

**REVERSÕES
DEFINITIVAS**

2

**PENALIDADES
EM PJ**

1

PADs
Concluídos
na RFB

110

PADs
julgados

76

Realizações 2021:

- *Conduta Ética nas Redes Sociais e Ambientes Virtuais*
Seminário com os Temas: A Ética nas Mídias Digitais; Ética e Integridade frente ao Assédio; e Assédio Moral frente ao Teletrabalho.
- *A Ética e seus Desafios* – Seminário com os Representantes Locais da Ética e demais colaboradores.
- *Diálogos sobre Ética* - exibição e debate sobre o filme “A Ética das Hienas”, (“Luz, Câmera, Reflexão!”), em parceria com a 8ª e 4ª RF.
- *Premiação – Boas Práticas* - A Comissão de Ética da RFB foi premiada no VII Concurso de Boas Práticas no Seminário Ética na Gestão da Comissão de Ética Pública, pelo Projeto “Momento da Ética”.
- *Videoaulas – Conflito de Interesses I e II.*
- *Palestras/Capacitação*
 - * Sufis: Chefes de equipes de Fiscalização (nacional);
 - * 6ª RF: Servidores das DRFs Uberlândia e Varginha.
- *Prevenção e Apuração de Desvios Éticos*: 161

Prevenção e Apuração de Desvios Éticos



Mensagens recebidas



65.119

Mensagens respondidas

53.582



(82,29%)

(81,31% respondidos)
RECLAMAÇÕES
35.911



25.314
SOLICITAÇÕES DIVERSAS

(84,70% respondidos)



233
ELOGIOS
(87,12% respondidos)



(70,85% respondidos)
DENÚNCIAS
1.736



1.531
COMUNICAÇÕES DE IRREGULARIDADES
(76,03% respondidos)



394
SUGESTÕES
sendo 2 Sugestões do Programa Simplifique!
(87,31% respondidos)



2.463
DEMANDAS DO SIC
(96,63% respondidos)



363
RECURSOS DO SIC
(92,01% respondidos)



COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL

- ❖ **Doing Business**: envio, para as administrações tributárias estaduais e federal, do caderno de propostas para melhorias no ambiente de negócios elaborado pelo GT interinstitucional Pagamento de Impostos sob a liderança da RFB.
- ❖ **Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e**: elaboração da minuta de Convênio da NFS-e.
- ❖ **XIV ENAT**: com participação de centenas de representantes das administrações tributárias e de suas entidades associativas (ABRASF, COMSEFAZ, CNM e FNP), palestrante internacional e representantes do BID, CIAT e FMI.
- ❖ **Convênios**: constantes vigentes do Catálogo de Sistemas e Perfis (CSP) no notes para nova plataforma Portal de Cadastros (Internet).

❖ **Convênios ITR**

Quantidade de celebrações: 113

Quantidade de denúncias: 5

Quantidade de convênios do ITR ativos em 30/dez: 1.256

Quantidade de servidores municipais treinados: 273

Seminários e treinamentos do ITR = 7

❖ **Revisão das INs 19 e 20/1998 e Portarias RFB**: revisão de fluxos e minutas para nova IN e Portaria RFB sobre convênios e termos de cooperação (**Projeto Consolidação**).



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL: do Brasil em temas tributários perante a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas discussões sobre a tributação da Economia Digital e reformas do Modelo de Convenção para Evitar a Dupla Tributação da Renda (CDT).

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO:

- ✓ Interações virtuais para negociação de CDTs.
- ✓ Rodadas virtuais de negociação de acordos internacionais:
 - Acordo de Cooperação e Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira entre os BRICS — ajustes finais e tradução do texto;
 - Acordos comerciais entre Mercosul e os seguintes países: Canadá, Chile, Coreia do Sul e Singapura;
 - Acordo da OMC para Facilitação do Comércio Eletrônico.
- ✓ Rodadas virtuais de renegociação do tema “Regras de Origem” do acordo internacional entre Mercosul e Chile, estando o texto em processo de finalização para assinatura.

INTERLOCUÇÕES

1. Com Mercosul, BRICS e o Convênio Multilateral de Aduanas de América Latina, Espanha e Portugal (Comalep).
2. Com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao MRE, a respeito de ajuda humanitária.
3. Com organismos internacionais como Organização Mundial das Aduanas (OMA), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), OCDE, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Agência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

4. Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários – participação no Grupo de Direção (Steering Group):

- proposição de políticas de gestão para a entidade e validação de planos de trabalho e de documentos elaborados pelo WP10 e pelos demais grupos do Fórum Global. O grupo é composto por 20 países, dentre eles, países membros e não-membros da OCDE. O Brasil foi eleito para continuar participando do Grupo de Direção no próximo biênio (2021-2022);
- representação do Brasil na reunião Plenária 2021 do Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários e na reunião da Declaração de Punta del Este;
- publicação de novos formulários para intercâmbio internacional de informações para fins tributários e aduaneiros. Os procedimentos foram atualizados considerando as obrigações assumidas pelo Brasil perante organismos internacionais e seus parceiros por meio de acordos internacionais, de forma a alcançar maior alinhamento com as diretrizes globais sobre transparência e intercâmbio de informações, e com o compromisso de responder a pedidos de intercâmbio de informações para fins tributários ou aduaneiros de forma tempestiva e com qualidade.

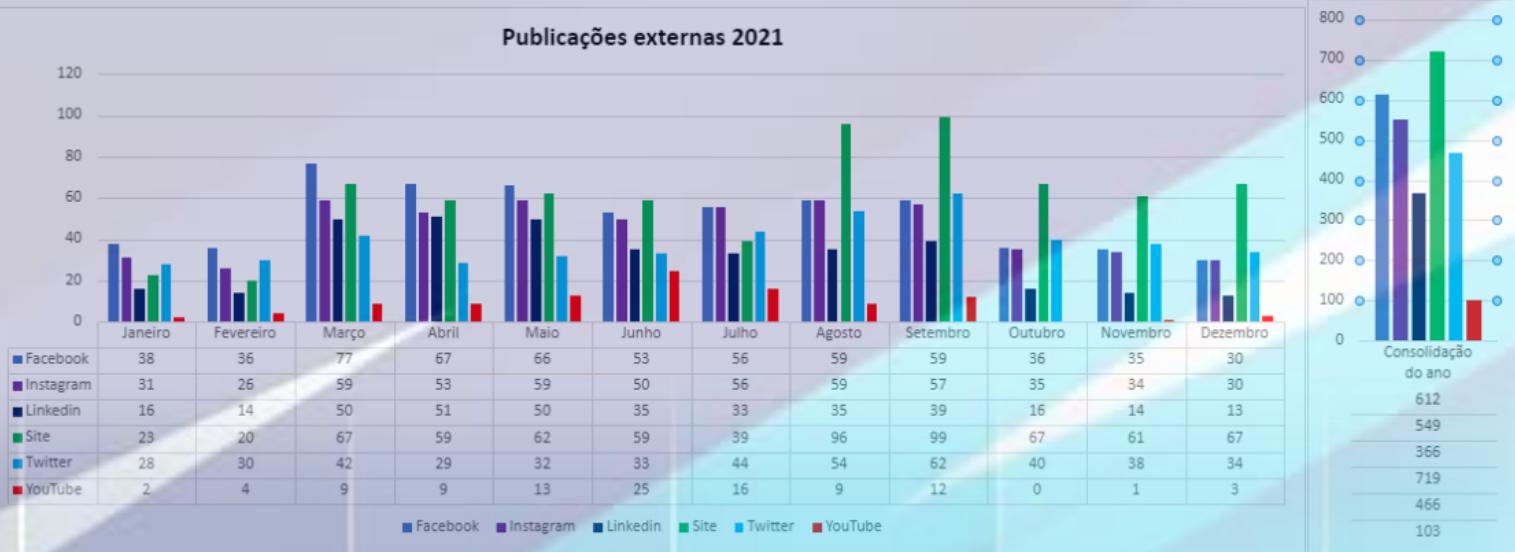
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

5. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

- atualização do Sistema de Transmissão Comum (Common Transmission System - CTS), de forma a suportar outros modelos de intercâmbio;
- construção e validação dos Termos de Referência para o Peer Review do intercâmbio automático de informações; e coordenação e acompanhamento do Peer Review do intercâmbio automático de informações — primeira avaliação do Brasil relativa ao Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard – CRS);
- atualização do texto do CRS, a fim de incluir e-moedas e criptoativos, conforme as novas regras do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) contra a lavagem de dinheiro;
- participação na construção do Modelo de Regras de Prestação de Informações Automáticas pelas Plataformas de Serviço Online e Economia Alternativa (Sharing and Gig Economy);
- coordenação da participação brasileira na iniciativa “2021 - International Survey on Revenue Administration – ISORA”.

COMUNICAÇÃO

PUBLICAÇÕES EXTERNAS EM 2021



IMPRENSA (atendimentos, entrevistas e coletivas de imprensa em 2021)



INICIATIVAS E RESULTADOS

Planejamento Estratégico

Ciclo 2021-23

Plano Operacional

2919 iniciativas (ações e projetos)

Cadeia de Valor

Alinhamento ao PE e ao ME

Indicadores Estratégicos

Port RFB 39 e 40/2021

RECEITA FEDERAL DO FUTURO

Proposta de Desenho Organizacional Contemporâneo
Seminários e Estudos Documentais;
Metodologia Participativa
Participação do FMI

The logo consists of the letters "RFB" in a bold, white, sans-serif font. Each letter is enclosed within a thin white rectangular border. The letters are positioned on a dark blue horizontal band that runs across the center of the image. The background behind the letters is a vibrant, swirling pattern of blue and purple colors.

Receita Federal

www.gov.br/receitafederal